

028ª SESSÃO ORDINÁRIA 11ABR2012**(Texto com revisão final.)****O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** O Ver. Luiz Braz está com a palavra.

O SR. LUIZ BRAZ (Requerimento): Peço que seja feita uma correspondência endereçada à Câmara Municipal de Araraquara, interior de São Paulo, cujo Presidente, Aluisio Braz, fez um Projeto de Resolução instituindo o Dia do Gaúcho, e comemoram lá, todos os anos, este dia. Nós ficamos aqui encarregados, por algumas pessoas que têm ligação com a Câmara Municipal de Araraquara, de enviar uma correspondência, cumprimentando-os pela instalação do Dia do Gaúcho e, inclusive, convidando-os a visitarem a nossa Câmara Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Solicito a V. Exa. que entregue o Requerimento à Mesa.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, acho maravilhosa esta dica, mas, primeiro, precisamos nos preparar para podermos mostrar alguma coisa às pessoas que virão a Porto Alegre!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Esta Mesa aguarda as sugestões de Vossa Excelência.

Não havendo inscrições para Comunicação de Líder, submeto ao Plenário a inversão da ordem dos trabalhos a fim de começarmos pelo período de discussão de Pauta, haja vista que não termos quórum para entrar na Ordem do Dia (Pausa.)

Não havendo a concordância do Plenário, solicito a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) 18 Vereadores presentes. Não há quórum.

O SR. DJ CASSIÁ (Questão de Ordem): Sr. Presidente, há 19 Vereadores aqui, sim - há 19 Vereadores no Plenário!

O SR. HAROLDO DE SOUZA: Sr. Presidente, eu não sei, eu não consigo entender o porquê de estarmos fazendo isso! Não consigo entender!

Nós temos 19, e se chamarmos mais, teremos 20. Eu não consigo entender isso aí!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Srs. Vereadores, nós tivemos a presença de apenas 18 Vereadores, que registraram as suas presenças no painel. Regimentalmente, nós temos um minuto e trinta segundos, e esse tempo foi esgotado.

De imediato, passamos à

PAUTA

O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; ao público que nos acompanha nesta Sessão; aos que nos assistem pela TVCâmara e aos que nos ouvem pela Rádio Web, o nosso boa-tarde.

Nós temos aqui vários projetos importantes para a Sessão de Pauta do dia de hoje. Nesse sentido, cumprimento o Ver. João Carlos Nedel, que concede o Título de Cidadão de Porto Alegre ao Sr. José Néri da Silveira, figura distinta do Judiciário brasileiro; foi Presidente do TSE, exerceu funções nos diversos Tribunais, Ministro de diversos Tribunais de Justiça, uma figura, sem dúvida, marcante e que tem uma família, filhos com uma representatividade extraordinária como Domingos Sávio, Procurador da República; como a nossa amiga Maria Tereza, que é líder do movimento dos fisioterapeutas, dos terapeutas ocupacionais e de um conjunto de ações também marcantes na sociedade. Então, eu quero cumprimentar o Ver. João Carlos Nedel porque fez uma feliz escolha, uma figura gaúcha que tem reconhecimento nacional.

O Ver. Bernardino Vendruscolo também tem dois projetos em Pauta hoje: um deles é a concessão da Comenda Porto do Sol ao Conselho dos Corretores de Imóveis da 3ª Região do Rio Grande do Sul, o Creci/RS. O Ver. Bernardino Vendruscolo é ligado a esse

setor e, portanto, tem naturalidade e legitimidade de indicar o Creci como o órgão beneficiário para receber essa distinta Comenda.

A Comenda Porto do Sol é rara, é para poucos, talvez seja o Título mais importante que esta Casa concede aos cidadãos. Nós temos outras titulações, mas que estão muito reduzidas por mandato. Então, o Ver. Bernardino Vendruscolo elege o Creci.

E também, do Ver. Bernardino Vendruscolo, temos a inclusão da Semana da Fraternidade Maçônica no art. 2º da Lei nº 10.903 de maio de 2010, que institui o Calendário de Eventos de Porto Alegre, das atividades mensais de Porto Alegre, dispõe sobre a gestão desse Calendário e revoga a legislação sobre o tema e alterações posteriores à última semana. O Ver. Bernardino também tem ligações com a Maçonaria. Estivemos lá, eu e ele, representando a Câmara na semana que passou, quando uma das Lojas homenageou a cidade de Porto Alegre. É uma instituição marcante também não só na cidade de Porto Alegre, mas na história. Portanto, o Ver. Bernardino propõe a inclusão da Semana da Fraternidade Maçônica no Calendário de Eventos de nossa Cidade.

Esses são alguns dos projetos que estão em Pauta e me inscrevi para debatê-los, porque julguei que são os mais importantes para a Pauta do dia de hoje.

Ver.^a Sofia Cavedon, da nossa Bancada; Ver. Adeli Sell, nosso Presidente; Ver. Mauro Pinheiro, nosso Líder, esses eram os temas que me propus a abordar.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. HAROLDO DE SOUZA: Sr. Presidente, quantos Vereadores necessitamos para entrar na Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Dezenove.

O SR. HAROLDO DE SOUZA: Temos 25. Nós poderíamos, de novo, tentar entrar na Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Só é possível entrarmos na Ordem do Dia através de uma Sessão Extraordinária.

O SR. HAROLDO DE SOUZA: Então, chamemos uma Sessão Extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Assim que terminarmos a discussão de Pauta, nós podemos chamar os Líderes e convocar uma Sessão Extraordinária.

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Muito boa-tarde a todos, Presidente Mauro Zacher, demais Vereadores e Vereadoras, eu gostaria de fazer uma saudação especial àqueles que visitam a Casa, ao público que nos assiste das galerias e pela TVCâmara também.

Eu venho à tribuna para considerações sobre o período de Pauta. O primeiro Projeto é do Ver. Nilo Santos, PLCE nº 023/08, que dispõe sobre os locais onde devem ser construídos estacionamentos de bicicletas. Altera o *caput* do art. 21 e o *caput* do art. 22 e inclui § 3º no art. 22, todos da Lei Complementar nº 626/09, que institui o Plano Diretor Cicloviário Integrado.

Eu queria fazer considerações ao Projeto do Ver. Nilo Santos, cumprimentando o Vereador por essa iniciativa, porque, desde o início do nosso Governo, nós instituímos como uma política pública prioritária para a Cidade a inclusão de ciclovias. Aprovamos, aqui na Câmara, o Plano Diretor Cicloviário em 2009, e agora, aqui, o Vereador, de maneira muito propositiva e inteligente, faz uma inclusão a respeito dos estacionamentos de bicicletas. Sabemos que, quando chegamos de bicicleta, é preciso haver um local para prender uma corrente, para prender a roda. Como nós entendemos que um dos meios de transporte mais utilizados no mundo é a bicicleta, ele deve fazer parte da agenda positiva da Cidade, inclusive nas ações compensatórias e mitigatórias de grandes empreendimentos, e já tem entrado na pauta a questão da implementação de ciclovias.

Recentemente, tivemos aqui um debate importante, que acabou resultando num concurso a respeito da segurança na ciclovia da Av. Ipiranga, para que o ciclista não caia no arroio Ipiranga. Deste modo, nós entendemos oportuna essa Pauta. Vejo aqui o conselheiro Jakubaszko, da Região 1 de Planejamento, que é onde está sendo construído esse primeiro trecho da ciclovia da Av. Ipiranga. Nós já temos alguns outros trechos de ciclovias na Cidade, que estão funcionando muito bem.

Eu acredito que a bicicleta requer alguns cuidados, porque têm sido divulgados incidentes com bicicletas envolvendo atropelamentos não só em Porto Alegre, mas pelo País e mundo afora. Então, acho que temos que ter um cuidado, temos que ter um espaço adequado para as pessoas caminharem, para os carros transitarem e para quem andar de bicicleta poder andar em cima da faixa e da ciclovia.

Quero registrar o nosso apoio. Nós já tivemos, também, junto ao Mercado Público, uma polêmica com relação à instalação de equipamentos para estacionamento de bicicletas; portanto, acho importante que tenhamos um regramento nesse sentido.

Eu gostaria de fazer uma consideração. Meu colega corretor de imóveis, Ver. Bernardino Vendruscolo, que tomou a iniciativa de conceder a Comenda Porto do Sol ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis, quero dizer que, na condição de corretor de imóveis, tenho acompanhado o trabalho do Creci, sob a presidência do nosso colega, Flávio Koch, que tem se empenhado no sentido de oferecer condições de aprimoramento e aperfeiçoamento do profissional corretor de imóveis. Hoje, o mercado imobiliário está aquecido, tem gerado emprego e renda. A profissão do corretor de imóveis é uma profissão de muita responsabilidade, com atribuições, inclusive, agora, com a revisão do Código Civil, sob a responsabilidade de contratos, enfim. Acho muito oportuna a iniciativa de Vossa Excelência.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Márcio Bins Ely, obrigado pelo apoio. Quero também agradecer o apoio do Ver. Todeschini. Realmente, nós estamos aqui fazendo esta homenagem aos 50 anos de reconhecimento da profissão. É verdade, nós evoluímos muito. No momento atual, são várias as faculdades que oferecem o curso superior de Gestão Imobiliária; então, a classe profissional evoluiu muito nos últimos tempos, e nós precisamos fazer aqui esse reconhecimento.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Muito obrigado, Ver. Bernardino. Nossos cumprimentos, então! Quero dizer também que já tive a oportunidade, aqui, de conceder o prêmio Mérito Sindical ao Sindicato dos Corretores de Imóveis, que também tem feito um trabalho no sentido do aperfeiçoamento dos profissionais corretores.

Tendo em vista o adiantado do tempo que nos disponibiliza a Pauta, de cinco minutos, encerro fazendo considerações com relação a esses dois Projetos.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Carlos Todeschini assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste, dentre os diversos Projetos em Pauta, vou me ater inicialmente ao Projeto do Ver. Nilo Santos – já comentado pelo colega Vereador que me precedeu –, pelo qual o Vereador institui o Plano Diretor Ciclovitário Integrado e dá outras providências, dispondo sobre os locais onde devem ser construídos estacionamentos de bicicletas. A cada dia que passa, este assunto é mais latente na nossa Cidade.

Quando tivemos a oportunidade de votar Plano Diretor Ciclovitário nesta Casa, foi dito que Porto Alegre teria quase 500 quilômetros de ciclovias. Estamos ainda longe desse patamar, mas o que temos visto é que, nos locais onde foram construídas ciclovias, esses espaços têm sido bastante utilizados. Esta questão dos estacionamentos hoje é algo latente.

Por exemplo, no Rio de Janeiro, há alguns meses, no ano passado, mais especificamente, começou uma nova moda que já existe na Europa: permitir que as pessoas possam locar uma bicicleta, colocando uma moedinha, podendo, inclusive, largá-la em outros locais.

Porto Alegre tem que começar também a pensar nessas diferenciações, porque a questão da bicicleta é um modal diferente que, cada vez mais, está sendo incentivado dentro desse nosso processo.

Vou falar um pouco do Projeto de Lei, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao Sr. José Néri da Silveira. Quero para parabenizar o Ver. João Carlos Nedel por essa iniciativa.

O Sr. José Néri da Silveira foi ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, uma pessoa conceituadíssima no nosso País, uma pessoa ilustre e que, durante muitos e muitos anos, ditou as regras dentro do Supremo, com posições firmes e claras. Tive a oportunidade de trabalhar, durante alguns anos, com a sua filha Maria Teresa Dresch da Silveira, no IPA. Eu, como coordenador na época do Curso de Educação Física, e a Maria Teresa como professora da Faculdade de Fisioterapia. Depois, ela veio assumir o Crefito – Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Com muito orgulho, no ano 2009, fui escolhido pelos fisioterapeutas como o Vereador do Ano.

Por último, quero comentar sobre dois Projetos, de autoria do Ver. Dr. Raul Torelly: um concede a Comenda Porto do Sol, *in memoriam*, ao senhor Moacyr Jaime Scliar; o outro denomina a UPA Zona Norte de Unidade de Pronto Atendimento Moacyr Scliar. Mais do que meritório, Moacyr Scliar, médico, terá o nome lembrado na Cidade de Porto Alegre, através da Unidade de Pronto Atendimento. Isso é muito bom, porque Porto Alegre ainda não tinha feito uma homenagem a Moacyr Scliar, sob esse aspecto. Recentemente, no Rio de Janeiro, foi dado o nome de Moacyr Scliar a uma escola. Então, aqui, de forma fraterna, eu quero parabenizar o Ver. Dr. Raul por esta iniciativa de denominar a Unidade de Pronto Atendimento Moacyr Scliar. Era esse o meu depoimento, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Carlos Todeschini, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, em primeiro lugar, quero cumprimentar as alunas dos cursos de Fonoaudiologia do IPA, da UFRGS e da UFCSPA, bem como as professoras que se encontram aqui para acompanhar o debate do Projeto que foi vetado pelo Prefeito Municipal em quatro artigos - um Projeto para prevenção do uso profissional da voz.

Para que as alunas compreendam, nós, na verdade, não viabilizamos a Ordem do Dia, exatamente para a oposição fazer com que o Governo reflita sobre os vetos, porque, hoje, na Ordem do Dia, há somente vetos. A maioria dos vetos é para projetos da oposição. Na

nossa opinião, é uma postura muito intransigente do Governo Municipal, que aplica o rigor da Lei com a oposição e, muitas vezes, é flexível com a base do Governo.

Então, nós queremos provocar, sim, Ver. Dib, essa discussão. Entrou na Pauta, e é disso que nós tratamos nesse momento - momento posterior à Ordem do Dia, que não se realizou. Esse vácuo aqui é exatamente, Ver. Mauro... Nós estamos respondendo pela Liderança do PT, tenho certeza de que os colegas Celeste e Adeli concordam que o Governo tem que vir discutir conosco aqui, e não simplesmente vetar uma série de projetos e passar a acolher e respeitar, principalmente quando os Projetos não são de autoria individual, como esse da Fono, que é resultado do Crefono, da mobilização dos profissionais, da percepção de uma necessidade fundamental a ser desenvolvida em Porto Alegre, porque nós perdemos muitos profissionais, porque não há prevenção do uso da voz; perdemos de tê-los trabalhando à frente de alunos. Então, apelo no sentido de que o Governo reflita sobre os vetos que propôs e que estariam na Ordem do Dia hoje. Agora entram novos Projetos; vários deles aqui são apenas homenagens. Vou me deter, Ver. Mauro Pinheiro, na discussão do Plano Cicloviário.

Hoje, de manhã, o Ver. Dib comentava comigo que houve um trabalho bastante profundo realizado inclusive por empresas que ofereceram um trabalho muito profícuo para o Governo Municipal, e que o Projeto de Lei que veio aqui, que nós aprovamos, do Plano Cicloviário, é, de fato, extremamente generalista, listando muitas avenidas. Exatamente por esse caráter, ele hoje não está aplicado, esse é um dos motivos por que ele não está aplicado na vida, não está incidindo sobre a organização da Cidade.

O Sr. Mauro Pinheiro: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Sofia, muito obrigado pelo aparte. O Plano Cicloviário me preocupa muito, porque nós temos visto as reclamações da sociedade, por exemplo na Av. Icaraí, o pessoal está reclamando que não foi consultado sobre a ciclofaixa que está sendo feita. Sobre o bairro Restinga, eu fiz uma denúncia ao Ministério Público de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística. Agora recebi um despacho deles, dizendo que foi feita uma vistoria, que há preocupação dos Promotores referente à ciclovia do bairro Restinga. Eles mandam que esteja sinalizada, porque há locais e espaços simultâneos entre calçada e ciclovia, o que pode causar um transtorno maior de atropelamento.

A Prefeitura está sendo notificada pela Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística pela ciclovia do bairro Restinga. Então, nós nos preocupamos muito com esse Plano Ciclovitário na cidade de Porto Alegre.

Muito obrigado, Vereadora.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Verdade, Ver. Mauro. Nós tivemos uma Audiência Pública no ano passado, após o evento do atropelamento dos ciclistas que faziam a sua “bicicletada” noturna, ou “bicileata”, e a fala, aqui nesta tribuna, na Audiência Pública que nós tivemos, Ver. Mauro Pinheiro, inclusive mostraram fotos criticando a ciclovia que há na Av. Icaraí, porque ela não tinha adequação técnica. Imaginem! Quem veio na Audiência Pública deve lembrar disso. E isso tem muito a ver com a falta de diálogo da Prefeitura com os usuários, com os ciclistas. Eu insisti aqui, na segunda-feira, que uma política pública adequada só vai sair com o diálogo com a população e com quem é usuário do transporte ciclovitário.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): A Ver.^a Maria Celeste está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. MARIA CELESTE: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, de fato, inicio a minha fala, também, fazendo uma grande reflexão sobre os vetos que nós deveríamos analisar na Ordem do Dia - e, provavelmente, não faremos hoje -, pois, mais uma vez, nos causa estranheza, Ver.^a Sofia, e eu comungo da sua observação, que os Vetos, especialmente aos projetos dos Vereadores de oposição desta Casa, são encaminhados para cá sem nenhuma explicação, a não ser o vício de iniciativa, o que, para nós, causa uma estranheza muito grande, porque outros projetos com o mesmo teor, da mesma forma, como, por exemplo, a criação de programas - e, aqui, tem um Veto Parcial ao Projeto do Ver. Todeschini, que criou o Programa Acolher na Cidade de Porto Alegre - são aceitos. E eu lembro, aqui, mais uma vez, do Projeto do Ver. Dr. Thiago, que criou um Programa de Atendimento no Terceiro Turno para a Saúde, com determinação de locais, de regiões da Cidade, de especializações para o atendimento

nesse terceiro turno e que foi determinante para a criação do Programa, foi aceito pelo Prefeito Municipal, enquanto que outros programas importantes, como este, são desconsiderados, assim como o Projeto de minha autoria, que criava o Programa da Creche Noturna na cidade de Porto Alegre. Então, nos causam muita estranheza os Vetos que chegam aqui desta ordem e desta natureza.

A outra questão da Pauta que está aqui, neste momento - e o Ver. DJ Cassiá estava atento, eu estava fazendo um *link* com os projetos dos vetos que deveríamos avaliar e não o faremos, porque não houve Ordem do Dia, com os projetos que entram para discussão de Pauta - é o Projeto do Ver. Nilo Santos, que está em 2ª Sessão de Pauta, que trata da questão do Plano Cicloviário. Ele estabelece a necessidade da criação dos estacionamentos para as bicicletas nos *shoppings*, nos mercados e nos supermercados da nossa Cidade, trazendo o Anexo IV do Plano Diretor para dentro dessa configuração, porque o Plano Cicloviário é apenas uma carta de intenções: criou traçados por toda a Cidade, mas, lamentavelmente, a gente não vê isso ser efetivado na prática; tivemos inúmeras Audiências Públicas nesta Casa quando da configuração do Plano, o próprio movimento das pessoas que usam bicicleta para o seu lazer, enfim, para a sua locomoção no trânsito também, trouxe contribuições importantes, mas, até hoje, ele não saiu do papel, tornando-se apenas uma carta de intenção. Mas o Ver. Nilo, agora, tenta contribuir para que haja os estacionamentos. Se não houve, de fato, o traçado efetivo na Cidade, não adianta nem estacionamento, porque como é que as pessoas vão se deslocar pelas ruas da Cidade sem que haja estabelecido o traçado? Eu lembro da Zona Norte, especialmente a Av. Bernardino Silveira Pastoriza, a Rua Cel. Francisco Bitencourt, do entorno do Porto Seco, em que ali se concentra um grande número de empresas e microempresas, microcomércios, pequenos comerciantes que têm um grande número de funcionários que usam esse transporte para o seu deslocamento e não tem condições de tráfego no local.

O Sr. Elias Vidal: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Maria Celeste, a sua fala é extremamente importante, e é bom salientarmos que o a Capital está recebendo em torno de 100 automóveis por dia. Nós podemos alargar as avenidas, fazer

grandes avenidas, mas, daqui a pouco, essas avenidas vão estar todas entupidas novamente.

Eu acho que a sua linha de pensamento está muito certa, e nós precisamos trabalhar muito no sentido de que, para qualquer obra que se faça, paralelamente deve ser construída uma ciclovia, para que tenhamos uma alternativa contínua. Muito obrigado.

A SRA. MARIA CELESTE: Obrigada... Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)... Rapidamente, pois o tempo já está esgotado, eu queria dizer, Ver. Dib, que nós temos que investir na qualidade do transporte coletivo para, efetivamente, funcionar a mobilidade urbana no Município. Muito obrigado.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Com a manifestação da Ver.^a Maria Celeste, está encerrada a discussão da Pauta.

O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NELCIR TESSARO: Vereador-Presidente desta Sessão, Ver. Todeschini; colegas Vereadoras, Vereadores, uso este período de Liderança, tendo em vista que ainda não tivemos quórum para poder debater os Projetos que hoje estarão em votação. E acredito que devemos, sim, fazer um esforço para ter uma Sessão Extraordinária e votar os Projetos para limpar a Pauta, que está trancada, e podermos prosseguir na próxima semana.

Nesta Pauta está um Projeto de grande importância para o Município de Porto Alegre, o PLL nº 071/09, com Emenda nº 01, de autoria do Ver. Adeli Sell, que institui o Bônus-Moradia às famílias de baixa renda, às famílias que estão em situação de risco e às famílias que precisam ser reassentadas no Município de Porto Alegre, ou seja, inclui justamente as famílias da Vila Keddie, uma vila que está há tantos e tantos anos esperando para ser removida. Essa Vila estava contemplada no Projeto da Caixa Econômica para ir, juntamente com as famílias da Vila Dique, para o loteamento da Av.

Bernardino Silveira Amorim, mas, com essa Lei que foi sancionada, e agora com esta Emenda ao Projeto, a Vila Keddie não está apontada como sendo uma das preferenciais. E nós temos a certeza da necessidade, porque aquele local trata-se de uma via pública em que haverá uma ligação com a Av. Marechal Andréa, o trânsito é congestionadíssimo, sem falar no fato de aquelas famílias ficarem ali expostas àquela situação cada vez pior da Cidade. A Vila Chocolatão foi retirada do Centro da Cidade, e nós não podemos permitir que outras vilas permaneçam, como é o caso dessa Vila, justamente no Centro da Cidade - aquele local da Av. Nilo Peçanha pode ser considerado como o centro da Cidade. E não há como as famílias melhorarem suas residências, porque elas terão de sair de lá. Então, nós esperamos que todos os colegas derrubem o Veto, pois acredito que foi um equívoco do Executivo. O Ver. Cecchim conhece muito bem o local nas imediações da Savarauto e sabe da necessidade de retirar as 100 famílias da Vila Keddie urgentemente.

Espero também que a gente possa aplicar com eficácia a Lei sancionada que contempla a Segurança Pública de Porto Alegre, a Brigada Militar e a Polícia Civil, em relação aos 10% das moradias sociais.

Ontem, recebi uma comissão dos bombeiros da Brigada Militar, que estão há longa data buscando que seja cumprida a Lei e aguardando as habitações, pois muitos deles, quando vêm do Interior, não têm onde morar e ficam até em favelas; muitos deles têm que tirar sua farda em casa para não correrem riscos. A reclamação se dá justamente porque, em nenhum dos projetos habitacionais da Cidade, foi dado a eles a oportunidade de serem contemplados com os 10% legais. Na semana passada, no dia 2, foram entregues, no Loteamento Jardim Paraíso, moradias para 500 famílias, mas, pela legislação, 50 unidades habitacionais pertenceriam à Segurança Pública, seja Brigada Militar ou Polícia Civil. Sabemos que a Brigada Militar é a que mais necessita, pois seus soldados são os que têm menor salário: de R\$ 600 a R\$ 900.

Acho que esta Casa tem que produzir leis, mas me lembro muito bem quando o Ver. Sebastião Melo alertou sobre a quantidade de leis neste Município e a sua falta de cumprimento. Então, clamamos que o Executivo comece a cumprir as leis aqui aprovadas para atender com melhor qualidade a população de Porto Alegre - também falo isso em relação ao Cadmut.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PAULINHO RUBEM BERTA: Sr. Presidente, Ver. Todeschini; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; senhoras e senhores que nos assistem, venho a esta tribuna hoje muito feliz e muito contente. Ontem, acompanhamos o Prefeito José Fortunati e o Secretário da Saúde na Vila Wenceslau Fontoura, onde foi entregue mais uma unidade de saúde para um povo que era atendido num biongo, numa pecinha de nada, não cabia quase ninguém lá. E após muita luta, muito trabalho das lideranças daquela Vila, daquele bairro, o Mário Quintana, Ver. João Bosco, foi entregue, ontem, uma Unidade de Saúde que, além de bonita, é eficiente e prática para aquele povo. Foi uma luta daquelas lideranças junto ao Orçamento Participativo, junto à comunidade, que se mobilizou, foi à luta, trabalhou, se emparceirou. Por isso eu venho hoje aqui reconhecer o trabalho da Secretaria da Saúde, dos profissionais que estão lá, do ex-Secretário Casartelli - agora o Secretário Marcelo -, dos profissionais que lá estão sendo instalados, e passa a ser uma Unidade de Saúde referência naquela região.

Quero dizer que, com muito orgulho, estive lá ontem, participando da entrega da Unidade. Eu via, no rosto das pessoas, a satisfação em poder receber uma Unidade de Saúde ao lado, na frente de suas casas. Dessa forma, a antiga Vila Tripa, que ficava junto à Av. Sertório e foi transferida para lá há muitos anos, ganhou – agora, sim – uma Unidade de Saúde. Eu quero deixar aqui o meu reconhecimento, o agradecimento à Administração por instalar, naquele local, uma Unidade de Saúde muito trabalhada, muito batalhada. Foi uma luta da Magda Godoy, uma guerreira, uma pessoa que luta muito, trabalha, está todos os dias lá com as crianças, com o SASE.

Também quero aqui fazer, mais uma vez, um apelo, principalmente ao Líder do Partido dos Trabalhadores: que nos ajudem. Tem uma Unidade de Saúde na Domênico Feoli pronta, ela está pronta, só faltando as pessoas utilizarem o repasse dessa Unidade de Saúde que foi construída pelo Governo do Estado - mais um ginásio de 950 metros; que repassem à Prefeitura Municipal, à Secretaria da Saúde, para que possamos colocar lá os

médicos, instalar os equipamentos para atender uma população num bairro que não tem nem sequer uma equipe de PSF.

Eu faço esse apelo mais uma vez, já fiz o primeiro apelo aqui, estou fazendo o segundo, para que a Administração Popular, lá no Palácio Piratini, na Administração Central, repasse para o Município essa Unidade de Saúde, é magnífica essa Unidade lá! Nós teremos o reconhecimento, sim, da luta que foi feita, que começou no Governo Yeda; agora está pronta, daqui a pouco vai começar a ser pichada, daqui a pouco os vidros vão ser quebrados, daqui a pouco está sendo invadida porque, simplesmente, falta uma assinatura. Faço um apelo à Secretária Stela Farias, que, com muito boa vontade, já repassou um outro terreno dentro do Conjunto Residencial Rubem Berta para a construção de outra Unidade de Saúde.

Ver.^a Sofia Cavedon, nos dê essa força, peça para repassar, o mais rápido possível, essa Unidade de Saúde, porque, daqui a pouco, não temos mais tempo nem para inaugurá-la. Quero dar, mais uma vez, os parabéns aos moradores da Wenceslau Fontoura, às lideranças, ao Orçamento Participativo, a Magda Godoy e aos outros que trabalharam por essa Unidade de Saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu agradeço aos caros colegas por poder falar, neste tempo de Liderança de oposição, sobre um tema específico, só que não é exatamente específico, ele é exemplar. Hoje nós não garantimos a Ordem do Dia, exatamente porque queremos que o Governo mude de postura com relação à oposição nesta Casa. Esse é o sentido político do uso do Regimento e de não viabilização da Ordem do Dia, Ver. Tessaro, e V. Exa. concorda com muitas dessas pautas.

E eu quero exemplificar: hoje tem quatro ou cinco vetos, mais uma vez, a maioria para Projetos da oposição, em que o Governo usa, extrapola a compreensão da legislação, impedindo qualquer contribuição ou quase todas as contribuições da Bancada de

oposição em Projetos aprovados nesta Casa. Nós aprovamos aqui, por unanimidade, o Projeto que institui o Programa Municipal de Saúde Vocal. É um Projeto que recupera uma iniciativa do Ver. Professor Garcia, de alguns anos atrás, que era um Projeto autorizativo. Mas, quando o Ver. Sebastião Melo foi Presidente, nós acabamos extinguindo todos os projetos autorizativos, porque eles não tinham força de lei. E esse Projeto recupera aquele conteúdo e o amplia a partir da iniciativa do Crefono.

Está aqui a Presidente do Crefono, a querida Marlene; professoras, alunos e alunas da área, essa é uma construção, portanto, que não é minha. Eu apenas sou um canal, como muitos de vocês, Vereadores, da manifestação da sociedade, da sua construção técnica – inclusive, Ver. Todeschini, como é o caso do seu Projeto de que depois vamos tratar também –, e que foi acolhido sabiamente, Ver. Elói, pelo conjunto dos Vereadores. E o Prefeito veta de maneira a deixar apenas a instituição do Programa, o art. 1º e o art. 2º. E aí, no desdobramento do Programa Municipal de Saúde Vocal, lá nos arts. 3º, 4º, 5º e 6º, em que está se indicando como vai se realizar essa prevenção, essa capacitação, essa proteção e recuperação da voz... Nós não queremos mais profissionais retirados da sala de aula porque não sabem utilizar a voz; ou que, por exemplo, eles não têm disponibilização de água. Aprendi com as minhas queridas “fono” que, enquanto nós damos aula, temos que tomar água seguidamente, e isso não acontece nas escolas. É testemunha aqui a professora de Educação Física, que acabou fazendo raspagem nas cordas vocais, por uma das medidas, uma delas: o mau uso da voz. E ainda devo continuar, devo estar sendo analisada aqui, nós todos!

Ora, Ver. Dib, os quatro artigos vetados desdobravam esses quatro aspectos fundamentais da saúde vocal dos profissionais que usam a voz. E é um custo muito alto para o Município profissionais que acabam sendo readaptados. Esses dias, eu recebi uma crítica, porque os readaptados estão na biblioteca. Mas como é que nós vamos deixar de valorizar um profissional que não tem mais como dar aula para muitos alunos por falta de condições vocais? Como é que nós não vamos aproveitar esse profissional para ativação da biblioteca, por exemplo? Vamos deprimi-lo ainda mais, porque já é uma violência profissional, um acidente de trabalho, é uma doença de trabalho.

Eu quero encerrar aqui a fala de oposição dizendo que o Governo, ao utilizar a letra fria da lei, zera um esforço que esta Casa fez, mas que, principalmente, os profissionais da

área fizeram, um avanço que o Município poderia ter. Então, nós queremos, sim, Presidente – é um apelo que eu faço –, que se instale a Ordem do Dia. Nós queremos um diálogo diferenciado com o Governo, Ver. Mauro Pinheiro. Diferenciado! Um Governo que acolha as propostas, principalmente porque são propostas construídas com a sociedade, com a legitimidade dos cidadãos de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Eu convido os Líderes de Bancadas para que se aproximem da Mesa. (Pausa.)

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Ver. Mauro Zacher, nosso Presidente; demais Vereadoras e Vereadores; público do Canal 16; público das galerias; fonoaudiólogos que estão aqui à espera da votação do Projeto que obteve o Veto do Prefeito, venho aqui hoje falar do tema CPI, Ver. Elói Guimarães.

Primeiro, quero parabenizar pela postura o Relator do Parecer ao Requerimento do qual sou proponente - CPI do Instituto Ronaldinho Gaúcho -, o Ver. Elói Guimarães. Eu não esperava posição diferente, Ver. Elói, quando V. Exa. se manifestou favoravelmente à instalação da CPI, até porque, anteriormente, V. Exa. já havia feito um outro Relatório, que eu vou ler aqui. Eu tinha certeza de que V. Exa. manteria a sua posição, por toda a sua trajetória política; por isso eu sabia que não seria diferente.

O Ver. Elói Guimarães, como Relator de um outro Requerimento, já tinha dito que a dúvida do Presidente da Casa era quanto à assinatura da Ver.^a Maristela Maffei como Suplente. O Ver. Elói já havia feito um Relatório anterior em que dizia que o único momento seguro para se definir era estar o subscritor do Requerimento de Comissão Parlamentar de Inquérito no exercício da atividade de Vereador, exatamente quando do protocolo. Portanto, no momento em que protocolamos o Requerimento da CPI, tínhamos as 12 assinaturas, porque a Ver.^a Maristela Maffei era Vereadora exercendo o seu mandato, e até porque ela deixou de ser às 15h, e nós protocolamos às 8h38min.

Portanto, ela era Vereadora, e não poderia ser diferente. Então, venho parabenizar a atuação da Comissão de Justiça, que votou favoravelmente por 6 votos a 1.

Agora, o que realmente me espantou, Ver. Adeli Sell, foi que vi, através da imprensa, Ver. João Antônio Dib, o Prefeito Municipal se manifestando e dizendo que estaria liberando a base do Governo para assinar a CPI, para instalar a CPI. Não é bem isso, Ver. João Antônio Dib, até porque a CPI já estava protocolada com 12 assinaturas, e nós tínhamos certeza de que a CPI sairia. O Prefeito disse: “Os Vereadores estão liberados”, e eu ouvi os Vereadores dizendo: “Agora, a CPI vai sair, porque nós vamos instalar a CPI”. A CPI vai sair, sim; vai sair porque há 12 Vereadores, 1/3 desta Casa assinou; portanto é legítima, é legal e regimental, Ver. João Antônio Dib, até porque temos jurisprudência! Vereadores, o Ministro Celso de Mello, no STF, já disse, há um pronunciamento dele dizendo que é 1/3 no momento do protocolo. Portanto, vai sair a CPI, porque é um direito das minorias, e as minorias da Casa, com a oposição e mais alguns Vereadores que tiveram a coragem, como o Ver. Tarciso, o Ver. Elias e a Ver.^a Maristela Maffei, assinaram, sustentaram e, por isso, vai sair. Até porque, também, este Poder é independente: o Legislativo não depende do Executivo, e nós não vamos aceitar interferências do Prefeito Municipal, se instala ou se não instala, nem durante o processo da CPI! E a CPI, sim, vai sair, tenho certeza de que o Presidente desta Casa, Ver. Mauro Zacher, vai mandar instalar tão logo chegue às suas mãos o Requerimento, porque essa CPI cumpre o art. 58, § 3º da Constituição: tem 1/3 das assinaturas, tem fato determinado, tempo determinado; portanto, nós vamos investigar, sim, o dinheiro público e vamos investigar...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Mauro Zacher; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; meu caro Ver. Mauro Pinheiro, não era tão certa a aceitação da assinatura da Bancada do PCdoB, porque eu não conheço a Bancada do PCdoB aqui na Casa. Tenho todas as dúvidas do mundo, ainda que a Comissão de Justiça tenha declarado por

seis votos contra um que era legal. Mas eu tenho dúvidas, até pelo horário da assinatura, pelo retorno do Vereador. Mas isso não importa.

Vejam só em que País nós vivemos: S. Exa., o Sr. José Ribamar de Araújo Costa, Presidente do Senado, está encaminhando uma CPI para encontrar problemas de um Sr. Carlinhos Cachoeira. É capaz que o José Ribamar também esteja no meio, porque ele tem tantos negócios, que ele não sabe. Agora, eu fico pensando: que diabo de CPI é esta - veja bem que eu usei a expressão "diabo" - para fazer mais que a Polícia Federal, Ministério Público e Judiciário? Os Srs. Deputados vão ter condições melhores do que a Polícia Federal, que, há anos, vem acompanhando o problema; em alguns minutos, eles vão resolver.

E também fizeram uma Comissão de Ética, porque ninguém tinha muita ótica em torno daquela Comissão de Ética, e, na última hora, arrumaram um Presidente lá, pela idade.

Eu me lembro de uma Comissão de Ética do Senado, quando S. Exa., outra figura extraordinária deste País, Renan Calheiros, renunciou ao seu mandato de Presidente para não ser cassado; era de rir o Relatório e as falas dos companheiros do Renan Calheiros - os jader barbalhos, os romero jucás -, e toda aquela gente.

Que moral tem um Congresso no qual a maioria tem alguma coisa para responder para a Justiça? A maioria! Nós temos Deputados extraordinários, Senadores extraordinários, mas, infelizmente, são a minoria.

Agora, no Senado, a coisa é muito feia, a começar pelo seu comandante, José Ribamar de Araújo Costa, que alguns conhecem como José Sarney - o pior brasileiro que nasceu nesta terra. Tudo o que há de corrupção neste País - não é que antes não existisse, porque a corrupção nasceu com o mundo, claro que existia antes, mas, depois de José Sarney, ficou oficializada. Ficou valendo qualquer coisa. E ele é uma vestal - uma vestal por completo. Ele dirige o País, porque o Lula quer tirar alguém do cargo, não pode tirar, porque a Dilma não pode, porque o Lula não quer; o Sarney quer, e fica toda uma confusão. Se o Sarney diz não, é não; se o Sarney diz sim, é sim. E isso é que vai examinar o Carlinhos Cachoeira.

A mesma coisa é a CPI aqui da Câmara de Vereadores, que o Prefeito autorizou antes de qualquer coisa, liberou a sua Bancada. Não tinha nenhum problema. Mas ele sabe tudo que aconteceu.

Agora, é difícil ler as 1.900 páginas que o Ver. Mauro Pinheiro recebeu sobre o problema do IRG - é difícil. Dá muito trabalho.

Então, em três minutos, como se fazem as Comissões de Inquérito da Casa, nós vamos questionar as autoridades, vamos saber como é que o Ministro da Justiça apoiou e indicou o IRG para a verba. E a Prefeitura Municipal já fez o levantamento: faltam R\$ 500 mil para serem comprovados.

Nós vamos saber como é que faltam os R\$ 300 mil no convênio da Prefeitura Municipal, que está buscando junto ao Instituto Ronalzinho - e isso é dinheiro, porque, no Instituto Sollus, a ação corre em São Paulo, com penhora dos bens dos diretores, e são R\$ 5.826 milhões. Então, grande sucesso para a CPI aqui, que eu vou acompanhar bastante de perto. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu acho que nós todos, Vereadores, hoje, como ontem e na semana passada, resolvemos não ser apadrinhados nem liberados. O Ver. Mauro Pinheiro fica valente aqui, quando está em situação - não digo favorável -, mas ele deveria dizer: "Obrigado, porque está todo o mundo querendo fazer o que eu já queria". É verdade. Agora, ele tinha que lembrar aqui que a maioria se convenceu que se deveria fazer essa investigação, porque se descobriu que o Governador do Partido do Ver. Mauro Pinheiro, Tarso Genro, espalhou pelo Brasil essa recomendação de contratar o Instituto Ronalzinho Gaúcho. Eu pensei que o Governador Tarso Genro só quisesse tirar fotografia aqui, suando, de gravata; todo o mundo tentando fazer uma fotografia junto com o Ronalzinho Gaúcho, esperando ele de helicóptero, a salvação - todo mundo queria! Mas, não! Eu vejo que o Governador, quando Ministro, recomendou lá para a Bahia também, Ver. João Dib; recomendou a contratação do Instituto Ronalzinho Gaúcho lá para Bahia. E tem problemas na Bahia, sérios. Então, esse discurso do Ver. Mauro Pinheiro, que não aceita, não é preciso ele não aceitar, porque todo o mundo sabe que o Poder Legislativo é independente! Até

porque parece um discurso bipolar, meio destemperado, e não é necessário isso, todos nós queremos saber a verdade.

Agora, eu espero, sinceramente, que esse exemplo que o Fortunati deu, dizendo: “O Poder Legislativo é soberano; se tiver que sair a CPI, que saia”. Foi isso que ele disse. O Poder Legislativo é soberano; ele não recomendou nem liberou ninguém. Eu espero que esse exemplo seja seguido pelo Tarso Genro, que libere essa Bancada dele, de apoio a ele na Assembleia e faça a CPI do DAER! Criaram uma Comissão e só tratam, até agora, das rodoviárias de cidades deficitárias do interior do Estado; das rodoviárias que, mais ou menos, dão lucro, eles não falam, não fazem e não decidem nada!

Então, Ver. Mauro Pinheiro, antes de ser tão valente aqui na tribuna, quero ver a sua valentia em falar de uma CPI lá para São Leopoldo, onde há um rolo danado com o seu Partido. E sobre a destituição da Prefeita de Gravataí, por que o senhor não fala nada sobre isso? É do PT também. Então, vamos ser valentes a todo o momento! CPI aqui tem que fazer, nós queremos saber como está esse Instituto Ronaldinho; acho que nem ele sabe, mas tem que devolver, se não prestou o serviço que assinou. Tem que devolver, sim, senhores!

Agora, o DAER tem um rolo muito grande, a ponto de o Secretário de Infraestrutura e Logística, que deveria mandar no DAER - e não manda, porque não o ouvem nem para tratar dos pedágios - foi gelado pelo Governador Tarso Genro o Beto Albuquerque -, de medo que saíssem as coisas. E começou a tratar no Palácio de uma coisa que pelo menos devia ouvir o Secretário dos Transportes - não tenho procuração do Beto Albuquerque! Mas que alguma coisa malcheirosa tem lá, tem.

Então, Ver. Mauro Pinheiro, comece a ser valente e peça CPI no Governo do Estado também, que está muito podre em muitos lugares. Faça isso, que nós vamos aplaudi-lo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, eu queria, primeiro, cumprimentar os colegas fonoaudiólogos e fonoaudiólogas, podem

contar com o nosso voto na luta pela derrubada do Veto. (Palmas.) É importantíssima a pressão de vocês aqui no Parlamento Municipal.

E gostaria de dizer ao Ver. Idenir Cecchim, com toda a tranquilidade do mundo, que a nossa Bancada, Ver. João Bosco Vaz, lutou e inclusive apresentou representação contra o Renan Calheiros, quando, em 2007, estouraram os escândalos envolvendo os editais dirigidos e o beneficiamento da amante do próprio. Ver. João Antonio Dib, com toda a autoridade daqueles que fizeram o “Fora Sarney”, em nível federal, brigando com a turma do Governo Lula, e depois com a turma do Governo Dilma; ou daqueles que lutaram aqui no Estado para que houvesse uma CPI do DAER. Estivemos, eu e o Ver. Pedro Ruas, lá com a Luciana Genro, e fomos na Assembleia Legislativa; primeiro, fui requerer uma CPI sobre o DAER, e depois requerer cópias sobre a investigação que foi realizada, que tem o nome de dezenas de pessoas envolvidas em sucessivos governos, do Governo Estadual, em relação à corrupção no DAER e que, incrivelmente, dos 55 Deputados Estaduais, da Assembleia Legislativa, nenhum trouxe a público o nome dessas pessoas que foram indiciadas e investigadas por corrupção do DAER. O Ver. Pedro Ruas, inclusive, requereu oficialmente esse documento.

Há um ditado antigo que diz que dois erros não fazem um acerto. E é muito importante retomar a verdade no Parlamento Municipal, porque há muitos que acreditam que a Páscoa também é um momento de muitos milagres. E eu acho que aconteceu um milagre aqui no Município de Porto Alegre devido ao voto ou à assinatura da Ver.^a Maristela Maffei naquele Requerimento da CPI do Instituto Ronaldinho Gaúcho. Eram incontestáveis, do ponto vista jurídico, as 12 assinaturas que o Ver. Mauro Pinheiro conseguiu colher para, de fato, investigar esses recursos dos Programas Jogos de Verão e Segundo Tempo.

A partir disso - porque várias manobras foram tentadas, inclusive uma primeira, que conseguiu, na CCJ, derrubar os dois Requerimentos -, a partir dessa assinatura, não havia mais a possibilidade jurídica. Qualquer Juiz, qualquer tentativa de entrar na Justiça, era vitória certa para a instalação dessa CPI. Houve uma mudança, é verdade, dos Vereadores da base, porque, a partir da derrota deflagrada, o Governo aceitou a assinatura na CPI do Instituto Ronaldinho Gaúcho, uma vez que não havia alternativa.

Nós não temos nenhum problema em discutir as relações do Ministério da Justiça, nenhum problema! Agora, nós não aceitaremos uma tentativa de fazer uma CPI que não discuta por que a PROCEMPA foi o órgão que comprou uma série de materiais com claro desvio de função; por que a Prefeitura não contestou dezenas de notas que pareciam “geladas” do Instituto Nacional América, o mesmo que deu notas lá para a turma do Becker, na Ulbra! Nós vamos querer discutir os 50 apitos que custaram centenas de reais - nunca vi apitos tão caros como os comprados para esses programas em Porto Alegre. Nós vamos querer saber onde estão as chapinhas que foram compradas com dinheiro público, e os secadores de cabelo; nós vamos querer saber de todos esses requisitos, que envolvem R\$ 6 milhões, dinheiro do povo brasileiro, do povo gaúcho, do povo porto-alegrense, independentemente de Partido – A, B ou C. Aliás, se a Prefeitura está tão preocupada em retomar a verdade na nossa Cidade, deveria retomar verdade querendo saber onde estão os R\$ 9 milhões – R\$ 9 milhões! – sem atualização, Ver. João Antonio Dib, que foram desviados da Saúde pública municipal, do Programa de Saúde da Família. Nós temos uma dívida histórica com o povo desta Cidade: responder aonde foram os milhões de reais que deveriam estar na Atenção Básica de Saúde dos porto-alegrenses – desses que sofrem com as longas filas, com a falta de médicos, com a falta de atendimento em especialidades –, que foram furtados do Município de Porto Alegre, certamente com o apoio de agentes públicos, o que não foi investigado nesta Casa, porque, infelizmente, a base do Governo não está preocupada em retomar a verdade. Portanto, é fundamental fazer algumas considerações aqui, nesta tribuna, porque “uma mentira contada muitas vezes se torna uma verdade”. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Pergunto às Bancadas se há acordo para que façamos uma Sessão Extraordinária. (Pausa.)

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h41min.)